



Concurso Público para provimento de vagas em cargos efetivos da Carreira
de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Edital Nº 1065, de 26 de dezembro de 2018

PROVA DE CONTEÚDO PEDAGÓGICO

Setor:

Educação Especial

Candidato:

ERIKA FONSECA ARMOND

Frase:

"O conhecimento não pode ser uma cópia, visto que é sempre uma relação entre
objeto e sujeito." Piaget

Reescreva
a frase:

"O conhecimento não pode ser uma cópia,
visto que é sempre uma relação entre
objeto e sujeito." Piaget

Nº Identificador:

19312

"O conhecimento não pode ser uma cópia, visto que é sempre uma relação entre objeto e sujeito." Piaget

① Como embasamento para a discussão que pretendo fundamentar neste texto, mobilizo os importantes curriculistas Lopes e Macedo que já algum tempo discutem sobre estes e as pesquisas no campo do currículo que mostram essas influências no cotidiano escolar brasileiro.

Ao longo da história do currículo nacional e internacionalmente, o debate acerca do conhecimento é o que ganha mais destaque.

Cabe contextualizar que as concepções do que vem a ser currículo vão se modificando por conta das diferentes finalidades educacionais que são priorizadas ou pretendidas e também dos contextos sociais que seriam produzidas. Frente a isso, algumas questionamentos entram em foco, tais como: qual conhecimento deve ser ensinado nas escolas? Que tipo de conhecimento deve ser incluído e qual deve ser excluído? Sobre-se que as respostas para elucidar essas reflexões também vão se modificando ao longo da história do currículo.

Históricamente, o conhecimento vem sendo significado em quatro relevantes vertentes do campo curricular, Lopes e Macedo (2011), ressaltam que essas não são as únicas ou as melhores perspectivas, entretanto elas conseguem englobar diferentes assuntos e, muitas das vezes também se mesclam, são elas: a perspectiva acadêmica, a perspectiva instrumental, a perspectiva progressivista e a perspectiva crítica. Os curriculistas ainda nos informam que a perspectiva crítica é a que prevalece nos debates atuais.

Os representantes da perspectiva crítica têm em comum a percepção em entender as relações entre os diferentes saberes no currículo; conhecimentos acadêmicos e científicos, his-

tórico sistematizado, versus saberes populares e os saberes experienciados pelos alunos e crianças durante as suas vidas cotidianas.

Na Perspectiva Acadêmica é defendida a existência das regras e dos métodos de avaliação de saberes, isso é, considerado o conhecimento. Desta forma, todo conhecimento é considerado um saber, entretanto, é importante frisar que nem todo saber vai ser considerado como um conhecimento. Somente é um conhecimento um saber que é capaz de passar pelos testes de validação no contexto de uma disciplina que seja especializada em determinado tema. Portanto, conhecimento é um conjunto de concepções, ideias, teorias, fatos e conceitos que são submetidos às regras e aos métodos validados no meio acadêmico intelectual específico.

A Perspectiva Instrumental se assemelha em alguns aspectos à Acadêmica, visto que também reconhece como conhecimento legítimo pelo atendimento às regras e aos métodos exigidos na academia. Porém, se distingue pela maneira de tratar o conhecimento por principal referência a razão instrumental.

Ao analisar essas perspectivas compreendo que a escola é tomada como uma instituição que busca formar cidadãos que deverão ser capazes de gerar benefícios muito amplos para a sociedade. Sendo assim o conhecimento que é selecionado para o currículo tem que estar ligado à formação de habilidades e de conceitos necessários à produtividade social e econômica.

Como Tendência Curricular Atual, na perspectiva de Tyler, o currículo por competências ou de uma construção de currículos voltados ao atendimento de quem não é considerado interesse do mundo globalizado, mantendo-

se, nesta perspectiva instrumental do conhecimento frente a isso, é possível compreender os caminhos que os governos mais votados, mais especificamente o de Temer e Bolsonaro, buscam implementar na educação brasileira. Tem o conhecimento voltado para o desempenho das crianças por meio do mercado de trabalho, mais tecnicista que, por sua vez, se afasta do conhecimento mais amplo de mundo trazendo reflexões críticas que vão possibilitar aos sujeitos o poder de questionamento da sua realidade para o enfrentamento político necessário para uma sociedade democrática.

Na Perspectiva Progressivista, o principal autor associado a ela é o John Dewey. Nesta teoria do conhecimento qualquer campo do conhecimento humano representa um campo de verdades que será usado para a identificação de novos problemas, pesquisas e conclusões. A experiência das pessoas é que vai embasar o conhecimento, visando fins determinados, que estão ligados ao bem-estar da humanidade e não apenas preocupados com as finalidades do funcionamento do sistema social e também ao produtivismo. Que seja, o bem-estar está relacionado à possibilidade de construção da democracia. Portanto, a escola deve ser capaz de contribuir para as importantes mudanças sociais formando os sujeitos para se tornarem cidadãos em uma sociedade democrática.

Podemos observar que essa perspectiva é contrária ao que Tyler coloca, pois, nesse sentido, o conhecimento escolar deve intentar as finalidades educacionais e não submeter a escola. Este conhecimento precisa levar em conta o desenvolvimento e a maturidade dos educandos, bem como as suas experiências e atividades. A escola como espaço de produção de conhecimento.

Em diálogo com a teoria de Dewey, Giroux (1994) afirma que, é na escola que os alunos vão aprender a vida democrática e os conhecimentos que são necessários para o seu fortalecimento, mas é o lugar também que se desenvolve a luta política, a democracia não pode ficar restrita somente à luta pedagógica, mas também é espaço de uma luta política e social.

Boyer e Inceider discutem também sobre a Perspectiva Crítica onde problematiza o que se entende por conhecimento e lança as bases para que seja questionado o que conta como conhecimento escolar. As autoras colocam que o conhecimento não é um dado neutro. Para os diferentes teóricos não é apenas fatos a discutir, apenas sobre qual conhecimento selecionar, mas também fazer a crítica do conhecimento produzido e dos seus modos de produção, também problematizando porque determinados tipos de conhecimentos são selecionados e outros não.

Destaco aqui o estudeiro Michael Young e a Nova Sociologia da Educação (NSE) onde o currículo passou a ser considerado um problema de pesquisa a ser investigado sociologicamente. Ele discute o status de quem tem o poder de validar certos saberes como sendo conhecimentos, verdades, em detrimento de outros saberes não considerados como verdades. Um conhecimento é válido e legítimo se tem capacidade de contribuir para a libertação humana.

Young se confronta com as perspectivas acadêmica e/ou científico no currículo por considerar que a superioridade conferida a esses saberes contribui para manter as desigualdades sociais e as hierarquias entre pessoas.

Freire defende que é necessário que os valores e as experiências tenham direito a ter acesso aos conhecimentos. Isso poder que a escola poderá produzir para que esses sujeitos tenham a oportunidade de mobilidade social, e que não apenas os sujeitos de camadas populares mas favorecidas tenham acesso aos conhecimentos do poder.

Na perspectiva crítico-social que Paulo Freire defende, da educação popular, os educandos trazem o seu próprio conhecimento de mundo e esses saberes devem ser valorizados pelo professor nessa relação de construção dos saberes e do conhecimento que é dialógica e que o saber que ele traz deve servir como base dessa construção. Segundo Freire, não existe educador sem educando.

A partir dessa construção os sujeitos sociais vão ser capazes de ter um olhar reflexivo e crítico político sobre o mundo e vão poder transformar a sua realidade desta forma na pedagogia freireana, o educando é o ator central do processo de ensino/aprendizagem.

② No mundo contemporâneo, há muitos os desafios da contextualização do currículo em incorporar os interesses dos educandos, dos professores e da sociedade, pois com as tecnologias e a globalização a escola passou a deixar de ser o único espaço espartano (OLIVEIRA, 2012) construtor do conhecimento. Para além das avanços na história da humanidade, também temos que lidar com os desafios no campo das políticas educacionais quando estamos vivenciando a normalização de uma Base Nacional Comum Curricular que se trata de um documento verticalizado que impõe um currículo comum

num país tão diverso e plural como o Brasil.
Hilda Alves (2014) em seus estudos no campo do currículo questiona a "necessidade" da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e aponta para a crise capitalista que busca "soluções" rápidas sem respeitar as diferenças dos diversos grupos sociais chamados de "minorias".

Os pesquisadores em currículo, em sua maioria, destacam alguns aqui: Alves, Barbosa, Lopes e Macedo, buscam mostrar, que essas ideias veindas de "fora" - de um movimento internacional de "vendas de produtos da educação" (bases nacionais, livros, apostilas, etc.) e, também, que as enormes diferenças entre os tantos "brasis" exigia muito mais do que esta fórmula simplificadoria de nossa complexidade educacional.

O currículo é um campo permanente de lutas sobre formas de fazer/pensar (OLIVEIRA, 2012) a educação no nosso país.

A construção de um documento diretivo como a BNCC interfere diretamente na atuação dos professores que atuam na educação básica no nosso país, pois atinge também uma autonomia de praticapensantes (OLIVEIRA, 2012) bem como na autonomia das próprias instituições.

Alves aponta que pensar currículos, com todas que atuam na educação exige processos intensos de negociação entre tantas forças sociais existentes - locais, regionais, nacionais - e não achar que uma BNCC possa ser tratada como um objeto.

Foster diz que tratar professores como objetos, como se faz dentro do pensamento hegemônico, leva a que seja muito difícil captar o conceito mesmo de

"mercado", pois esse se perde no meio das coisas, também permite que o conhecimento se transforme em mercadoria, a informação pode ser comprada com qualquer outra matéria-prima, pode ser cortada em pedaços, elaborada e vendida.

Para exemplificar o posicionamento, destaco aqui que em 2014, o representante do "Todos Pela Educação" disse que o currículo pode ser definido, muito facilmente, como aquilo que as "professoras devem fazer em sala de aula", ou seja, afirmamos que uma base curricular tendo como fundamento de reflexão a diversidade, sem a qual os profissionais docentes precisam "enfrentar" um cotidiano exaustivo, engasgando a atuação desses profissionais e educando, não considerando a importante atuação dos alunos e das vivências nesse processo onde a complexidade, como nos traços Edgar Morin, é presente nesse contexto.

③ Levando em consideração que tanto a Escola de Educação Infantil da UFRJ e o Colégio de Aplicação da mesma referida instituição atuam cumprindo um papel primordial na formação inicial e continuada dos profissionais docentes, bem como na vida, desde a primeira infância, até dos adolescentes, uma construção desses cidadãos enquanto sujeitos críticos pensantes reflexivos que vão atuar na sociedade.

É importante que essas instituições dialoguem com a sociedade, através de projetos de extensão cujo seja aproximação viva também para que os sujeitos envolvidos das camadas populares tenham consciência de que eles também podem fazer parte desta universidade que, para além da excelente atuação no nível superior e na pós-graduação, tem também o seu espa-

co na educação básica, desenvolvendo ensino, pesquisa e extensão em todos os níveis do sistema educacional.

A construção do currículo da educação básica neste contexto se dá através do intenso diálogo que é estabelecido entre essas instituições, a universidade, o diálogo com as famílias, por meio dos conselhos deliberativos e, em consonância com toda a legislação vigente no nosso país.

Essa construção do currículo se dá nesse processo de elaboração entre os diferentes agentes e atores educacionais que priorizam um trabalho de qualidade que preconiza o desenvolvimento pleno do estudante e da formação contínua dos profissionais docentes que atuam nesses espaços. Além da atuação desses agentes educacionais toda comunidade participa desse processo.

Destaca-se também a atual política que a Faculdade de Educação da UFRJ está desenvolvendo e colocando em prática, junto com as referidas instituições da educação básica da UFRJ e, também, incluindo as escolas públicas municipais no Complexo de Formação Inicial e Continuada, onde o conhecimento que é produzido entre os pesquisadores em elaboração com os professores desse segmento da educação, está sendo discutido a fim de estreitar as relações da universidade com as escolas, para que a qualidade do ensino seja completamente fortalecida.